

Protocolo Eletrônico

Ministério Público do Estado do Tocantins

Protocolo 07010612242202375

Assunto: Comunicar - 920348 - Ata de Audiência Pública - EDITAL 10ª PJC/MPTO Nº 01/2023

920348 - ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - EDITAL 10ª PJC/MPTO Nº 01/2023

Procedimento: 2021.0006821

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - EDITAL 10ª PJC/MPTO Nº 01/2023

TEMA: Educação Inclusiva.

OBJETO: 'A inclusão do estudante da educação básica com necessidades educacionais especiais'.

A 10ª Promotoria de Justiça de Palmas realizou no dia 13 de setembro de 2023, audiência pública, nos termos dispostos na Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como objeto, o debate e discussão sobre '*a inclusão do estudante da educação básica com necessidades educacionais especiais*', visando colher elementos para instruir procedimentos instaurados na 10ª Promotoria de Justiça de Palmas, bem como buscar ideais e informações junto a representantes do setor público, privado, da sociedade civil organizada e da comunidade interessada.

LOCAL: Ministério Público do Estado do Tocantins;

MESA: Compuseram a mesa de trabalhos, presidindo a Audiência Pública, o Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça de Palmas, Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto, bem como as demais autoridades, Procuradora de Justiça e Diretora do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins/CESAF, Doutora Vera Nilva Alvares Rocha Lira, Deputado Estadual, Marcus Marcelo, Promotora de Justiça Titular da 27ª Promotoria da Capital e Coordenadora do CAOP/Saúde, Doutora Araújo Cesária Ferreira dos Santos D'alessandro, representando o Secretário Estadual de Educação, a Gerente de Atendimento Educacional Especializado, Ana Paula Viana de Oliveira, representando o Secretário de Cidadania e Justiça, Membro da Superintendência de Direitos Humanos, Cris Teixeira Madureira, representando o Presidente da Câmara Municipal de Palmas, Vereador Nego, representado o Promotor de Justiça Coordenador do CAOPIJ, Promotor Sidney Fiory Júnior, a Analista Educacional Cleidiana Santana Parente, o Secretário Municipal de Educação, Fábio Barbosa Chaves, Presidente da UNDIME Tocantins, Luíza Rodrigues de Souza Brasileiro, Coordenador Estadual da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Odenilson Pereira de Souza, representando o Presidente do Conselho Estadual da Educação, a Conselheira do Conselho Estadual, Sandra Flankin Rocha Viana, presidente do Conselho Estadual de Educação Indígena, Adriano Karajá, Superintendente da Federação das APAEs do Estado do Tocantins, Marciane Machado Silva, Presidente do Sindicato das Escolas Particulares, Marcos Antônio Perilo, Superintendente da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, Roza Elena.

ABERTURA: Os trabalhos foram iniciados às 14h35m do dia treze de setembro de

dois mil e vinte e três, com apresentação do Hino Nacional Brasileiro. Dando seguimento, houve o cumprimento de todas as autoridades presentes, bem como de todos os participantes, seguidamente fez uma breve introdução dos dispositivos e regras da Audiência Pública, que ao final o resultado da Audiência Pública possibilite boas ideias e projetos para enfrentamento do assunto.

DEBATES: Consigna-se que os debates estão integralmente preservados no portal do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - MPTO, no link https://www.youtube.com/watch?v=Xk_t6TjVPfw&t=12495s. Iniciando os debates e exposições, foi oportunizada fala a Promotora de Justiça Titular da 27ª Promotoria da Capital e Coordenadora do CAOP/Saúde, Doutora Araújo Cesária Ferreira dos Santos D'alessandro, que iniciou procedendo com sua auto-descrição, seguindo cumprimentou todas as autoridades presentes, quando aduziu a importância da intersectorialidade e da transversalidade quando se fala em inclusão, ponderou que inclusão se faz sozinho, sendo necessário a articulação entre as áreas, logo mencionou as ações que estão sendo tratadas na 27ª Promotoria de Justiça, a exemplo de uma Ação Civil Pública que determinou a construção de um CAPs que atenderá crianças e adolescentes, que a Promotoria de Justiça ajuizou, em abril deste ano, Ação Civil Pública que consiste tentar garantir o direito fundamental e humano a oferta de diagnóstico e tratamento dos portadores de TEA, Síndrome de Down e outros; que saúde e educação precisam caminhar juntas, para que a família, criança e adolescente, entrem no sistema, com processo terapêutico singular, que possam ter acesso a medicamentos e todas os tratamentos disponíveis; por mais, relatou a necessidade de implementação da classe hospitalar, por não ter a política de atendimento domiciliar, que as pessoas, especialmente as crianças não se podem ver privadas do direito a educação, por isso a importância da classe hospitalar no atendimento psicológico e educacional o que já está previsto em lei; que é o momento para a educação alavancar esta discussão, para garantir a continuidade do direito a educação, terminou a fala cumprimento sua equipe de trabalho, bem como o Promotor de Justiça presidente da mesa. Seguindo, foi oportunizada fala a Procuradora de Justiça e Diretora do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins/CESAF, Doutora Vera Nilva Álvares Rocha Lira, que de início cumprimentou os participantes, agradeceu a oportunidade que lhe foi dada pelo Promotor de Justiça, continuou aduzindo que a educação inclusiva já está prevista na Constituição Federal, que a todos devem ser responsáveis pela educação inclusive, sobretudo que as crianças e adolescentes tenham as mesmas oportunidades, tanto na rede pública de ensino, quanto na rede particular, destacando a necessidade de oportunidade para que possam desfrutar a vida da mesma forma que as demais, por fim parabenizou todas as pessoas presentes. Seguindo, o Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça da Capital, Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto, iniciou sua fala agradecendo pessoalmente todos os participantes que compareceram a mesa, bem como os demais participantes que se fizeram presentes, logo apresentou a intenção da Audiência Pública, é a criação de um grupo de trabalho permanente com todos os órgãos envolvidos, que as ideias explanadas subsidiaram e subsidiaram o grupo de trabalho permanente, aduziu quanto a dificuldade que é em implementar a educação inclusiva, discorrendo sobre situações que ocorrem, logo mencionou a importância de ouvir, reunir, formar grupos de trabalho para que possam colocar as ideias em prática; seguindo mencionou alguns procedimentos que constam na 10ª Promotoria de Justiça em relação a Educação de um modo geral, exemplificando uma Ação Civil Pública que tem como objeto a construção de creches, bem como outra Ação Civil Pública que tem como objeto a realização de concurso público; aduziu quanto aos atendimentos individualizados ocorridos na Promotoria de Justiça, quando os pais e alunos relatam casos em que seus filhos estão matriculados, porém não estão incluídos, casos em que o Ministério Público busca de forma resolutiva, de maneira administrativa, intersectorialmente a integração e a inclusão do aluno na Rede de Ensino; ressaltou que a Defensoria Pública tem sido uma grande parceira do Ministério Público; por fim, convidou todas as autoridades a firmar o Termo de Colaboração, que tem como objetivo de firmar compromisso e indicar um titular e um suplente, para compor o grupo de trabalho para o projeto denominado Mais Inclusão e Acessibilidade Educacional; seguindo foram convidadas nominalmente todas as autoridades a assinar o Termo de Colaboração, para composição de um grupo de trabalho permanente, quando indicou o dia 10.10.2023, como data da primeira reunião do Grupo de Trabalho, que ocorrerá na sede do Ministério Público do Estado do Tocantins. Iniciando sua fala, o Deputado Estadual, Marcus Marcelo agradeceu a presença de todos as autoridades que compõem a mesa, bem como os participantes

presentes; por mais, aduziu que está como Deputado Estadual, porém é professor de carreira, professora da sala de aula, que tem a vivência da sala de aula, que a pauta da inclusão é muito delicada; que na oportunidade em que foi Vereador por Araguaiana, foi autor de um projeto de lei denominado Clínica Mundo Autista, que é referência em todo Brasil; que na condição de Deputado Estadual está pautando matérias importantes quanto a Educação Inclusiva, que assumiu a Presidência da Educação Cultura e Desporto, que estão levantando vários meios, dentre eles os referentes a pauta da educação; que vem protocolando algumas proposições junto a SEDUC, dentre elas a necessidade da criação do cargo de profissional de apoio em atendimento às diretrizes da educação inclusiva; que recebeu demandas em relação ao Conselho Estadual de Educação, dentre elas mais cadeiras no conselho para que o debate ocorra de forma mais madura entre todos, através de uma proposta de emenda à Constituição; por fim, colocou seu gabinete a disposição de todos, quando parabenizou o envolvimento de todos. Iniciando sua fala, representando o Secretário Estadual de Educação, a Gerente de Atendimento Educacional Especializado, Ana Paula Viana de Oliveira, de início procedeu com sua descrição, seguindo cumprimentou todos os presentes na pessoa do Doutor Benedicto Guedes, logo aduziu que estava ali para assumir um compromisso; que a Superintendia das Políticas Educacionais, tem como objetivo promover o desenvolvimento dos estudantes através da oferta do ensino de qualidade; visando uma inclusão que favoreça a todos os estudantes no âmbito da educação pública estadual, é necessário fortalecer um regime de colaboração com a rede municipal e rede privada, sendo o fato da SEDUC, para garantir uma educação com equidade, com respeito a diversidade e as diferenças humanas, contemplando o desenvolvimento humano, social e cognitivo, que a secretaria trabalha na perspectiva das políticas de educação inclusiva; ressaltou a necessidade de oferta de espaço acolhedor, com mecanismos de apoio que possam ampliar uma implementação de práticas educacionais inclusivas, com matérias pedagógicas diferenciados; por mais, informou as atribuições do CEE, informando que vários projetos estão em andamento, dentre eles a implementação de vários Centro de Educação Especializado, com construção de mais três centros; que está sendo feito pela SEDUC a implementação de classes bilíngues em todo o território, bem como escolas inclusivas bilíngues; apresentou alguns desafios existentes na Secretaria, dentre eles formação de professores e profissionais de apoio; que está sendo implementado um Plano de Ensino Individualizado para cada estudante; que dentre as ações foi firmado uma parceria com a UNITINS para cursos e atendimento sobre a educação especializada; dentre outras parcerias e planos citados; por fim, agradeceu a todos. Em seguida, foi oportunizada a fala a cidadã *Joice Alencar*, mãe de uma criança autista; de início relatou a situação em que se encontra sua filha, que está passando um problema na Unidade em que sua filha está matriculada, que está custeando uma profissional para acompanhar sua filha, todavia a SEMED proíbe a entrada da mesma na Unidade Educacional, que a inclusão de sua filha é pouca, que não dispõe de PEI, conteúdo adaptado, que requer a SEMED e a SEDUC que qualifique seus profissionais, por fim agradeceu a todos. Em seguida, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto Guedes Neto, dirigiu a fala a cidadã, quando informou o que está sendo tratado no âmbito do Ministério Público. Em seguida, foi oportunizada a fala ao Secretaria Municipal de Educação, Fábio Barbosa Chaves, que iniciou sua fala dirigindo sua fala a cidadã Joice Alencar, afirmando que será tomada as providências quanto ao caso narrado pela mesma; que determinou a abertura de um processo de clínicas especializadas, na medida em que as demandas forem exigindo; seguiu argumentando que na Rede Municipal tem cuidadores e monitores, que não suas atividades não substitui a função dos demais profissionais; cumprimentou todos os presentes, continuou reconhecendo o trabalho desenvolvido pelos Promotores de Justiça presentes, bem como da Defensoria Pública, que as demandas encaminhadas por estes órgãos são tratadas como imprescindíveis; que cada ente tem seu quinhão de responsabilidade, que o direito à educação não é diferente por ser um direito social fundamental, sendo de aplicabilidade imediata; consigna-se que neste momento a transmissão foi interrompida por dois minutos e doze segundos. Retornando, já com a fala da Presidente da UNDIME Tocantins, Luíza Rodrigues de Souza Brasileiro, que teve sua fala inicialmente atingida pela interrupção, logo aduziu que é necessário ter políticas de mãos dadas, coletiva, assumindo o compromisso todas as instituições públicas e privadas, dentre todos os poderes, que as crianças tem a necessidade de se sentirem acolhidas, que para isso todas as instituições precisam trabalhar agregadas e juntas, em seguida explanou sobre o papel da UNDIME, que é importante que os órgãos chamem a UNDIME para o debate, ao final colocou a UNDIME a disposição. Foi convidado o Coordenador Estadual da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Odenilson

Pereira de Souza, para fazer uso da palavra, quando cumprimentou todos as pessoas presentes, os pais e professores presentes, que tem trabalhado com todos os conselhos quanto a educação inclusiva, tentando e buscando levar esse trabalho para os municípios, que é um trabalho que precisa ser feito em parceria quando o tema é educação inclusiva, que é um gargalo que precisa ser tratado; que observaram a necessidade de uma formação dos profissionais que trabalham com esses alunos, que isso que se deve buscar para 2024; que é necessário criação de diretorias de educação especial, que é preciso estarem preparados para fazer os atendimentos, que as famílias também necessitam de acolhimento; que o Termo de Cooperação assinado nesta oportunidade fortalece o caminho quanto a educação inclusiva; ao final agradeceu a oportunidade do convite estendido. Conselheira do Conselho Estadual, *Sandra Flankin Rocha Viana*, iniciou sua fala explanando quanto a composição e atribuições do Conselho Estadual de Educação, que está tramitando na Assembleia Legislativa projeto para aumentar as cadeiras perante o Conselho Estadual de Educação; que foi construída uma resolução para assegurar às crianças e aos adolescentes o cumprimento da lei; em seguida pediu licença para falar como mãe, quando explanou situações que ocorreram na Unidade Educacional em que seu filho encontra-se matriculado; por fim, agradeceu a oportunidade. Seguindo, foi dada oportunidade de fala ao Professor Municipal, *Euler Rui Barbosa*, de início cumprimento a todos em nome do Defensor Público, Doutor Murilo, quando parabenizou o Promotor Doutor Benedicto pela iniciativa, explanou ser de extrema relevância o debate, questionou a ausência de certos conselhos na audiência pública, indicando como sugestão que fossem convidados as pessoas com deficiência para fazer parte dos debates; que as prerrogativas existem, porém precisam ser colocadas em prática, quando agradeceu a oportunidade. Após, foi convidada a Analista Educacional, *Cleidiana Santana Parente*, de início cumprimento a todos, levou a apresentação de um slide com tema Política Pública de Educação Inclusiva, apresentou um relato de um artigo, explanou alguns gargalos encontrados nas Escolas, como a falta de profissional capacitado, ausência de sala de recursos, ausência de diagnóstico, dentre outras como a ausência de intérprete de libras; seguindo apresentou aspectos legais para uma Política de Educação Inclusiva; foram apresentados artigos da Constituição Federal, Declaração de Salamanca, artigos da LDB, após apresentou um organograma com aspectos a considerar para a Política de Educação Inclusiva; indicadores, estratégias e metas a serem cumpridas pelos Entes Públicos; aduziu acerca da institucionalização da Política de Educação Inclusiva, os responsáveis pela institucionalização das políticas públicas de educação inclusiva, por fim apresentou a atuação do MPTO, atuação da PJ, atuação do CAOPIJ. Logo, a Gerente de Atendimento Educacional Especializado, *Ana Paula Viana de Oliveira*, pediu para fazer uso da palavra, quando informou que o Governo Estadual e a SEDUC tem uma política de parceria com os Municípios, que no momento está acontecendo o PROFE, que todas as ações são em parceria com os Municípios, bem como formações em todo o território estadual com parceria com os Municípios, que atualmente tem 254 salas de recursos espalhadas pelo Estado. Seguindo, houve pronunciamento da cidadã Elizabeth Oliveira, genitora de uma criança com paralisia cerebral e deficiência múltipla, que de início cumprimentou todos os presentes, aduziu a importância da iniciativa, pediu uma maior atenção para as crianças que estão estudando em Luzimangues, que as mesmas não fazem parte das estatísticas, que corre no Ministério Público de Porto Nacional uma ACP que cobra providências quanto ao tema; que gostaria de propor acerca do avanço na elaboração do PEI, que é necessário a ampliação do debate quanto ao PEI, sendo de fundamental importância para todos; por mais, propôs um diálogo entre as três esferas, que não a uma conversa entre as esferas, sendo interessante que houvesse comunicação entre ambos; explanou que não há vagas para cadeirantes nos estacionamento das escolas públicas; por fim, sugeriu que fossem ouvido os pais dos alunos atípicos, os quais têm uma ampla bagagem podendo contribuir para o tema. Na sequência, representando o Presidente da Câmara Municipal de Palmas, *Vereador Negro*, agradeceu o convite, cumprimentou todos os presentes, em nome do presidente da mesa, oportunidade em que informou que a casa de leis está de portas abertas para receber todos; que estão atento às fiscalizações, que no Município há 82 unidades, sendo que 52 dispõem de salas multifuncionais; sempre estão debatendo as demandas com o Secretário Municipal de Educação; aduziu a importância de que os atendimentos sejam feitos de forma conjunta pelas secretarias; que na Casa de Leis tramita um projeto de lei, que tem como objetivo incluir o ensino de libras no ensino fundamental como disciplina curricular; que receberam a obra do CAPs infantil especial, que até o começo do mês de outubro deve ser entregue, que está em fase de mobília; por fim, colocou a Câmara de Vereadores à disposição de todos. *Doutor Benedicto Guedes Neto*, usou a

palavra para responder a cidadã Elizabeth, quando aduziu que a intenção da comissão é identificar, fazer o mapeamento de onde estão os estudantes com deficiência, quais métodos podem ser utilizados, com isso trazer os pais para discussão. O presidente do Conselho Estadual de Educação Indígena, *Adriano Karajá*, cumprimentou todos os presentes, falando da educação inclusiva, que não é inclusiva nas escolas indígenas, que há 132 salas indígenas, que apenas 03 salas são especializadas, que não atendem a demanda, que é muito difícil inserir um aluno indígena tendo em vista a necessidade de apresentação de laudos; que acredita que a partir daí, com a formação da comissão a esperança de melhora para todos. Seguindo, foi dada oportunidade de fala a Superintendente da Federação das APAEs do Estado do Tocantins, *Marciane Machado Silva*, que de início mencionou a importância do momento, que acredita que a intersetorialidade é o caminho, que o movimento das APAEs conta com 52 Unidades das APAEs, além de outras que estão sendo criadas, que no Brasil a aproximadamente 3.200 APAEs; que o Ministério Público tem um papel fundamental, que é uma causa nobre, que há dificuldades e limitações a serem enfrentadas quanto às questões de saúde, educação e assistência; que existem 32 Escolas Especiais; que tem tentado buscar parceria com Poder Público, que é dever do Poder Público ofertar o ensino de qualidade, que é preciso fazer articulação, sendo necessário responsabilizar o que não está sendo feito; que a Legislação garante os direitos, devendo ser cobrada, quer extrajudicial ou judicialmente. Membro da Superintendência de Direitos Humanos, *Cris Teixeira Madureira*, cumprimentou todos os presentes, que falar sobre inclusão não é uma tarefa fácil, que é necessário reconhecer as dificuldades em que as escolas estão enfrentando; que o Governo do Estado do Tocantins criou a superintendência de direitos humanos e políticas de drogas, que dentro dessa superintendência há a diretora de diversidade e inclusão social, sendo esta mais abrangente; que é preciso que a educação seja de fato implementada; superintendência de direitos humanos está trabalhando na promoção destas políticas públicas, indicou várias parcerias com outros órgãos em que foi feita; que dentro da superintendência existe a gerência de promoção a igualdade racial, pessoal idosa e pessoa com deficiência, elencando algumas competências deste conselho; que estão sempre abertos a discussões, sugerindo a realização de audiência pública em outros locais do Município. Seguindo, o Promotor de Justiça, *Doutor Benedicto Oliveira Guedes*, usou a palavra para informar que foi realizada audiência pública em outros locais da cidade, que em relação ao tema objeto da presente audiência pública ainda não foi realizada. Na sequência, a Superintendente da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, **Roza Elena**, iniciou sua fala agradecendo o empenho do Ministério Público, em nome do Promotor de Justiça *Doutor Benedicto de Oliveira Guedes Neto*, que tem buscado o Ministério Público para resolução de demandas; reconheceu o trabalho desempenhado pela SEMED; que na escola em que seu filho estuda tem Atendente Terapêutica da Saúde, sendo uma profissional inclusiva, que a saúde junto com a escola; por mais, agradeceu novamente o Ministério Público a iniciativa de juntar os órgãos quando o tema é inclusão e pessoas com deficiência; que foi criada a Superintendência da Pessoa com Deficiência, exaltou a importância da criação da pasta; que foi criada a pouco mais de 08 meses, que estão zerando a fila de cadeira de rodas, aparelho auditivos, órtese e próteses, que estarão com o link da carteira de identificação do autista; que é importante que os pais sejam parceiros da Escola; por fim, ressaltou a importante que todos caminhem juntos para que haja a inclusão de verdade. Por sua vez, o Presidente do Sindicato das Escolas Particulares, *Marcos Antônio Perilo*, de início agradeceu a presença de todos, logo apresentou uma Nota Conjunta elaborada por diversos órgãos; discorreu sobre a questão relativa aos impostos atribuídos às escolas particulares, bem como sobre os gargalos enfrentados nas instituições; que as escolas particulares ainda sofrem os reflexos da pandemia; por mais, alegou que é dever do estado promover a educação, que as instituições privadas não dispõem de recursos para contratação de profissionais especializados; que a realidade de se promover a educação inclusiva nas escolas parte muito do financeira, que por vezes as escolas particulares não dispõem de condições financeiras; nesse momento pediu para que fosse exibido um vídeo; após a exibição do vídeo questionou sobre a existência de profissionais para atender as demandas, bem como do aspecto financeiro, quando encerrou sua fala. Em seguida, o *Promotor de Justiça* fez uma breve consideração quanto a fala do Presidente do SINEP, aduzindo fatos ocorridos na pandemia que atingiram as escolas particulares quanto a redução de custos, que as escolas particulares trabalham sob o regime de concessão, que se trata de uma concessão em que as políticas públicas são definidas pelo Estado.

PERGUNTAS: Dando continuidade à Audiência Pública, o Promotor de Justiça

Benedicto Oliveira Guedes, informou a dinâmica das perguntas em relação às pessoas que fizeram a inscrição, previamente, para fazer uso da palavra, quando apresentou-se, informando que estava representando mães e pais do Grupo Toca das Leas, que recebeu inúmeras perguntas das pessoas que estão online, que uma das perguntas foi direcionada ao Ministério Público, indicando que procurou o órgão para denunciar uma escola pública pela falta de material adaptado, falta de adaptação nas provas, além das sucessivas atitudes de exclusão por parte da Unidade Educacional, que foi exigido pelo Ministério Público laudo atualizado. Em resposta, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto Oliveira Guedes, aduziu que em relação ao Laudo, informou que houve mudança de posicionamento quanto à questão do Laudo Médico e avaliação pedagógica. Seguindo, a cidadã Vilma, presidente da APAE de Palmas, direcionou a palavra ao Secretário do Município de Palmas, quando indicou a necessidade de uma parceria entre o ente e a APAE de Palmas, que a Promotora de Justiça Araújo convidou a Secretária de Saúde a ajudar a APAE de Palmas, que foram atendidas, que há 242 alunos matriculados na APAE de Palmas, que não há mais possibilidades de receber nenhum aluno; que há déficit de servidores da educação, que precisam de servidores, que todas as APAEs estão em déficit; que a APAE precisa de apoio da rede, do Estado, do Município. Em seguida, foi dada oportunidade de fala ao Defensor Público, Doutor Murilo, logo cumprimentou todos os presentes, que comparece como pai de uma criança com deficiência, aduziu que é necessário que seja elaborado o PEI, adotado o acompanhamento escolar, sala de recursos, em seguida dirigiu a palavra ao Secretário Municipal de Educação, quando expôs uma situação vivenciada pelo mesmo com o município, que entrou com uma Ação Judicial para garantir o PEI e acompanhante escolar, que teve êxito no pedido, que até então não foi providenciado o Plano de Educação Individualizado; que não há planejamento por parte do Ente Público, visto que todos os anos há déficit de professores para acompanhar os mesmos; que os alunos especiais não estão participando das provas do SAEB, sendo importante para a captação de recursos e investimento da área; que não há a necessidade de elaboração de legislação, sendo necessário a garantia de direitos como o PEI, acompanhante escolar, professor auxiliar, sala de recursos equipadas com profissional; que há diversas escolas de governos que podem auxiliar na formação de profissionais; que a maioria das mães sofrem por serem mães solas, apresentou outras demandas em que precisam melhorar tanto na rede pública, quanto na privada; que o preconceito é velado, por vezes, que ele existe; ao final, parabenizou pela iniciativa, colocando-se a disposição de todos. Em resposta, o Secretário Municipal de Educação, Fábio Barbosa Chaves, apresentou dados, sendo 1187 estudantes atendidos pela rede municipal, sendo portadores de alguma deficiência, são 63 professores atuando nas salas de recursos multifuncionais, que tem 52 salas de recursos, 334 cuidadores, profissionais de apoio escolar 195; que o Centro de Educação Inclusiva atende 108 estudantes, que dispõe de equipe multiprofissional; que acredita que é insuficiente, que principalmente no tocante aos profissionais; que estão credenciando empresas, ao final agradeceu. Logo, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto Oliveira Guedes, agradeceu a fala do Defensor Público, Doutor Murilo, quando apresentou dados das judicializações em que foram propostas pelo Ministério Público; quando propôs conversas entre o Município para que seja chegado a um consenso quanto às vagas em creches, bem como quanto ao ensino integral; que o Ministério Público ajuizou ACP para realização de concurso público, sendo que uma das vagas era para formação de profissionais para atuar na educação inclusiva. Seguindo, o Secretário Municipal de Educação, Fábio Barbosa Chaves, informou que o plano de carreira dos servidores da educação precisavam ser atualizados, que logo será lançado o Concurso Público; que estão sendo construídas ETIs, bem como CMEIs; garantiu que não haverá a transformação de CMEIs de tempo integral em parcial. Foi oportunizada a fala ao cidadão residente no município de Guaraí, sendo dirigente de Educação do Município de Guaraí, representando a UNDIME, que na última reunião apresentou os avanços da municipalidade nas ações quanto a educação inclusiva; que nove por cento dos estudantes da rede municipal de educação de Guaraí tem algum tipo de deficiência; colocou a rede municipal de educação à disposição de todos; ao final agradeceu a todos. Em seguida, a Analista Ministerial, Adelaide Gomes de Araújo Franco, cumprimentou todos os presentes, quando chamou atenção dos representantes dos poder executivo estadual e municipal, informando que é necessário melhor organização administrativa dos entes públicos, na oportunidade citou um caso que ocorreu em inspeção iniciada pelo Ministério Público em relação a contratação de profissionais para auxiliar os alunos que necessitam, não sendo possível que o aluno deixa de ter acesso ao ambiente escolar devido a ausência de profissional, tendo-à direito ao acesso e permanência

nas Unidades Educacionais; que é preciso que as secretarias de educação criem um fluxo de atendimento, para que possam ter previsibilidade e assim evitem que os alunos fiquem sem o devido acompanhamento; que muito depende da gestão, da administração da escola e da rede de ensino. Continuando, um cidadão, que se apresentou como Joventino Júnior, relatou que é genitor de uma criança autista, quando explanou uma situação fática em que vivenciou em um processo judicial na qual é parte; por mais, aduziu que a uma falta de institucionalização da questão da educação inclusiva, levando em consideração o poder público, as instituições privadas, bem como o Poder Judiciário. Quanto aos fatos narrados pelo cidadão, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto Oliveira Guedes, aduziu não poder tecer qualquer comentário sobre o ocorrido, visto que o Ministério Público manifestará nos autos do processo. Seguindo, o cidadão Antônio procedeu com a fala, alegando que é genitor de um filho autista, que não tem reclamação a ser explanada quanto ao CMEI em que está matriculado; que seu filho utiliza os serviços do CEI; por mais, questionou quanto a contratação de profissionais e materiais para auxiliar no Centro de Educação Inclusiva; que 108 famílias usam os recursos do CEI; citou a importância de manter algo permanente; explanou a situação de dois profissionais que faziam parte da equipe do CEI, sendo que os mesmos foram desligados. Em resposta ao questionamento do cidadão Antônio, o Diretor do Centro de Educação Inclusiva informou que, quanto aos servidores que estavam lotados na Unidade eram bolsistas, na modalidade via, que em agosto deste ano houve o encerramento do contrato, que a SEMED está verificando para solicitar a contratação dos mesmos servidores, ou de outros servidores. Por sua vez, o Promotor de Justiça, Doutor Benedicto Oliveira Guedes, aduziu que quanto aos cargos de assistente social e psicólogo sempre foi uma cobrança do Ministério Público para que eles fossem criados por lei, que o Ministério Público pediu, por meio de uma ACP, a realização de concurso para preenchimento de vagas para esses cargos. Em seguida, o Professor Fábio, representante do SINTET, reafirmou a necessidade de profissionalizar as funções de cuidador, que há uma minuta que vai corrigir as atribuições desses profissionais; que há um desestímulo visto que os professores que trabalham na APAE são os únicos que não recebem a gratificação garantida pelo PROFE. Por fim, o cidadão Charles fez uso da fala, quando parabenizou pelo objetivo da Audiência Pública, alegou ser proprietário de escola particular, que é necessário haver uma conscientização do ser humano, que é necessário uma capacitação para formação tanto dos pais, professores, quanto do cidadão; em seguida fez a leitura de parte de uma resolução; aduziu que a morosidade na aplicação da lei que garante direito a inclusão; fez menção a um caso ocorrido no município de Gurupi, quanto a inclusão de um aluno em uma escola particular; que o direito é de todos, sendo necessário o consenso entre todos; por fim, sugeriu que a próxima audiência haja mais objetividade. Em seguida, a Analista Ministerial, Adelaide Gomes de Araújo Franco, teceu algumas considerações quanto a temática da Educação Inclusiva, informando que foi feito um seminário pelo MPTO, que está disponível no YouTube; que o Termo de Compromisso é uma extensão do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público em outros momentos, que abrange todas as áreas; que é preciso que toda a rede trabalhem em conjunto; que foi enviado ofício a todos os Municípios e Promotores de Justiça quanto ao conhecimento de uma resolução do Conselho Municipal de Educação para o atendimento educacional especializado, que está em vigor desde o ano de 2022.

ENCERRAMENTO: Finalizando a Audiência Pública, o Promotor de Justiça cumprimentou a todos, agradecendo a presença e participação de todos, dando por encerrada a audiência pública.

DEMAIS REGISTROS E PROVIDÊNCIAS: **1** - A audiência pública foi registrada em sistema próprio de áudio e imagem, através do link https://www.youtube.com/watch?v=Xk_t6TjVPfw&t=12495s; **2** - Esta ata é acompanhada do registro em meio digital de áudio e imagem, da lista de presença, de comunicações recebidas via e-mail, das inscrições para manifestação e perguntas escritas recebidas, que dela fazem parte integrante; **3** - A presente ata será juntada aos autos procedimento investigatórios abertos nesta Promotoria de Justiça; **4** - A ata será afixada no mural da sede do Ministério Público do Estado do Tocantins; **5** - A ata será publicada no sítio eletrônico do MPTO; **6** - A publicação da ata será comunicada por e-mail aos participantes inscritos no endereço eletrônico cadastrado na lista de inscrição; **7** - A ata será encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento, na forma do art. 4º, §1º, da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do CNMP. **8** - Foram

registradas a participação de 105 (cento e cinco) pessoas presencialmente, com mais de 1,5 mil acessos através da plataforma do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público/CESAF.

Eu, Helmuth Perleberg Neto, servidor da 10ª Promotoria de Justiça da Capital, digitei e subscrevo. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, composta por 14 (quatorze) laudas, as quais seguem assinadas eletronicamente pelo Promotor de Justiça, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Capital.

Palmas, 28 de setembro de 2023

Documento assinado por meio eletrônico

BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO

10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Assinado por : BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO como (benedictoneto)
Na data : 28/09/2023 14:56:34
SHA-224 : 33780153b0f00dbd84183e1386224fa7733f9ef6ea1f5a835bd6fa10

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.

URL

: <https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/33780153b0f00dbd84183e1386224fa7733f9ef6ea1f5a835bd6fa10>

Nível de Acesso

Público

Informações do documento

Protocolo :
07010612242202375

Data de Protocolização :
28/09/2023 14:56:35

Chancela :
Não informado

Protocolo Externo :
Não informado

Interessado :
BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO

Mídia :
Protocolo Eletrônico

Tipo :
CIENTIFICAÇÃO